



WORKSHOP QUERCUS

“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Ideias, Estratégias e Medidas”

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Universidade Nova de Lisboa

Monte da Caparica

24 de Maio de 2002

Equipa WTeamUp

Lia Vasconcelos (Coord.)

Idalina Baptista (Coord.)

Hugo Tente



PREFÁCIO

O presente relatório pretende ser a fiel reprodução das ideias geradas entre os participantes no Workshop da QUERCUS “*Desenvolvimento Sustentável: Ideias, Estratégias e Medidas*”, realizado a 24 de Maio de 2002, nas instalações da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Monte da Caparica, Portugal.

Este relatório resultou de um trabalho conjunto entre as equipas da WTeamUp e da QUERCUS. Numa primeira fase, as duas equipas reuniram-se para ajustarem os elementos de trabalho para o workshop, de acordo com os objectivos estabelecidos pela equipa da QUERCUS. As fichas de trabalho assim produzidas circularam e foram debatidas entre as duas equipas para serem ajustadas e optimizadas, por forma a servirem de base de trabalho durante o workshop. A selecção dos participantes, estabelecimento de contactos, envio de convites e recolha dos registos foi da exclusiva responsabilidade da QUERCUS. A informação dos participantes confirmados foi facultada à equipa do WTeamUp para permitir os últimos ajustes da metodologia. A equipa do WTeamUp reponsabilizou-se ainda pela condução dos trabalhos durante o dia do workshop, bem como pela produção do relatório correspondente que aqui se apresenta.



ÍNDICE

Prefácio.....	i
Índice.....	ii
1. Introdução	3
2. Relatório das Actividades Desenvolvidas.....	3
2.1. PROGRAMA DOS TRABALHOS.....	3
2.2. TRABALHO EM GRUPO	4
Tema A – Alteração dos Padrões de Consumo e Produção	6
Tema B – Protecção e Gestão dos Recursos Naturais	11
Tema C – Desenvolvimento Sustentável e Mundo Globalizado.....	15
Tema D – Fortalecimento da Governança para o Desenvolvimento Sustentável.....	18
3. Considerações Finais	21

ANEXOS

ANEXO 1. CONVITE-PROGRAMA

ANEXO 2. LISTA DE PARTICIPANTES

ANEXO 3. CÓDIGOS DE CONDUTA



1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o relatório das actividades levadas a cabo pela equipa facilitadora da WTeamUp no Workshop da QUERCUS “Desenvolvimento Sustentável: Ideias, Estratégias e Medidas”, realizado no dia 24 de Maio de 2002, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Monte da Caparica, Portugal. Apresenta também os contributos gerados pelos participantes durante a sessão. Esta iniciativa surgiu da constatação de que o diálogo entre os diversos grupos de interesse é um dos aspectos determinantes do caminho rumo à sustentabilidade e que a partilha de perspectivas e estratégias, ainda que nem sempre confluentes, propicia uma melhor compreensão das diversas posturas assumidas por cada um dos grupos de interesse, podendo dar lugar a sinergias em áreas onde o trabalho em parceria é fundamental.

Neste contexto, a equipa da WTeamUp delineou a estrutura do Workshop, especificamente para este caso, em colaboração com a QUERCUS, por forma a assegurar a eficiência máxima no espaço de tempo disponível, para assim responder às questões que a QUERCUS pretendia colocar aos participantes. A escolha das temáticas a debater, o conteúdo das questões apresentadas aos participantes durante o Workshop, bem como a selecção das entidades convidadas a participar foram da exclusiva responsabilidade da QUERCUS.

2. RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1. Programa dos Trabalhos

- 12:00 Apresentação dos objectivos do Workshop (QUERCUS)
- 12:15 Apresentação da metodologia de funcionamento do Workshop (Equipa WTeamUp)
- 12:30 **Almoço de Trabalho**
- 13:30 Trabalho em grupos sobre as temáticas
 - A. Alteração dos Padrões de Consumo e Produção
 - B. Protecção e Gestão dos Recursos Naturais
 - C. Desenvolvimento Sustentável e Mundo Globalizado
 - D. Fortalecimento da Governança para o Desenvolvimento Sustentável
- 16:00 **Café**
- 16:30 Plenário de apresentação dos trabalhos de grupo
- 17:30 Encerramento



2.2. Trabalho em grupo

Os participantes no Workshop foram divididos em dois grupos, cuja constituição se apresenta abaixo, tendo cada grupo desenvolvido uma reflexão aprofundada de dois dos quatro temas delineados, *a priori*, pela QUERCUS como objecto de estudo.

A divisão dos participantes por cada grupo visou obter uma distribuição equilibrada dos diferentes tipos de entidades presentes. O que aqui se apresenta são os contributos gerados por cada grupo de trabalho, uma vez que sempre que quando uma ideia é proposta ao grupo e aceite pelo mesmo passa a constituir um legado do conjunto.

Cada grupo foi conduzido por um facilitador, seguindo um plano de trabalho comum. Este plano consistiu em dividir, inicialmente, o grupo em sub-grupos de discussão, dois-a-dois, solicitando a cada par de participantes que respondesse a um conjunto de perguntas sobre as duas temáticas correspondentes e que constavam das fichas de trabalho disponibilizadas pela WTeamUp.

Após a discussão dois-a-dois, as contribuições dos diferentes pares eram escritas nos posters existentes para o efeito e posteriormente debatidas no seio do grupo, por forma a esclarecer o seu significado e a estabelecer a formulação mais consensual encontrada e partilhada pelo grupo. O resultado do trabalho de grupo expresso nos posters foi assim mais do que apenas a soma das partes, foi o resultado dos debates que se estabeleciam entre os diferentes elementos de cada grupo.

Se bem que no seu conjunto os grupos tenham trabalhado de forma colaborativa, com grande interação e dinâmica, a construção de consenso nem sempre foi fácil, dada a existência de orientações divergentes entre os participantes, tendo exigido um acompanhamento intenso, nomeadamente da parte do facilitador, para assegurar resultados efectivos. É nossa convicção que uma parte substancial destas divergências resulta de visões distintas face a determinados conceitos que têm, para os vários actores envolvidos, conotações diferenciadas. Grupos que enquadrem orientações mais divergentes terão de futuro de permitir uma utilização mais alargada do tempo, sempre que se pretender que as acções propostas alcancem um consenso mais efectivo.



Todavia, optou-se por apresentar as ideias divergentes, as quais se encontram devidamente assinaladas, por se considerar que mesmo não tendo havido acordo sobre as mesmas não se devem excluir ideias apresentadas pelos participantes, pois podem sempre constituir elementos relevantes e inspiradores, e poderão eventualmente vir a ser discutidas posteriormente.

Por fim, um representante de cada grupo apresentou, sinteticamente, em plenário, os resultados a que cada grupo de trabalho chegou.

Seguidamente, apresenta-se a constituição de cada grupo de trabalho e depois os contributos de cada grupo sobre cada temática. Apresenta-se ainda, mais detalhadamente, alguns aspectos do debate de cada um dos grupos, de acordo com os registos efectuados pelos relatores.

GRUPO 1

Facilitador: Lia Vasconcelos

Participantes: Alexandra Brito – CAP

Francisco Ferreira – QUERCUS

José Faria e Santos – AIP

Luís Lopes – UGT

Paulo Pereira – ANTRAM

Rui Godinho – CGTP-IN

Teresa Avelar – Ministério da Agricultura, Auditor de Ambiente

Temáticas: A. Alteração dos Padrões de Consumo e Produção;
C. Desenvolvimento Sustentável e Mundo Globalizado.

GRUPO 2

Facilitador: Idalina Baptista

Participantes: Ana Paula Rodrigues – MOPH, Auditoria Ambiental

Armindo de Carvalho – CGTP-IN

Francisco Costa Lopes – ANTRAM

Manuel Duarte Oliveira – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

Maria João Pereira – LPN

Maria Santos – Grupo Parlamentar do PS

Vasco Gracias – CAP

Temáticas: B. Protecção e Gestão dos Recursos Naturais;
D. Fortalecimento da Governança para o Desenvolvimento Sustentável.

Tema A – Alteração dos Padrões de Consumo e Produção

MEDIDAS E METAS

Medidas

Que medidas poderão contribuir para uma evolução positiva a este nível em Portugal?

- Racionalização de mercados para diminuir os desperdícios, tendo em conta os recursos naturais e o dumping social;
- Informação e formação do consumidor e agentes produtores;
- Maior produção de bens reutilizáveis/recicláveis mais acessíveis;
- Mais investigação para melhores tecnologias;
- Importação + incorporação de tecnologias;
- Incentivo a modos de produção ambientalmente sustentáveis;
- Mais regulação e regulamentação do Estado para garantir os princípios fundamentais;
- Diferenciação face ao cumprimento;
- Incentivar fiscalmente o consumo de bens e produtos recicláveis;
- Diminuir a utilização de combustíveis fósseis e aumentar a disponibilização de energias renováveis;
- Aumentar a exigência da qualidade dos produtos e serviços;
- Promoção da “Loja da Empresa”.

- ▶ Optar pela especialização de determinados mercados, tendo em vista a diminuição do desperdício. Esta proposta defendia que as apostas estratégicas ao nível dos produtos a colocar no mercado deveriam ter em linha de conta elementos tão fundamentais como a biodiversidade local e a especificidade dos recursos naturais existentes. A adopção desta estratégia permitiria potenciar alguns produtos, não acarretando modificações no meio natural, tendo sido apontada como um bom exemplo da aplicação desta medida a aposta na produção de azeite feita na Grécia. De referir que, a nível global, a especialização de mercados deveria estar atenta a fenómenos de dumping social que hoje ocorrem, por exemplo, quando se adquirem determinados bens produzidos em países onde a mão de obra tem custos unitários “quase escravizantes” (e.g., Indonésia). Se estes bens pagassem o preço devido pelo transporte, evitar-se-ia o facto de serem colocados em mercados longe do local de produção a preços inferiores a produtos concorrentes, o que deveria levar à diminuição da distância percorrida no transporte dos bens, com consequências ambientais positivas.
- ▶ A informação e a formação dos consumidores foram também citada como elementos centrais, visto que os consumidores, como orientadores do mercado, deveriam ter acesso a campanhas bem delineadas sobre qualidade e segurança alimentar. Este aumento de consciência para o consumo induziria, inevitavelmente, a necessidade dos produtores acompanharem o aumento dos critérios de exigência relativamente aos produtos.
- ▶ A necessidade de uma maior produção de bens reutilizáveis e recicláveis foi também mencionada, por conduzir a uma redução dos custos deste tipo de bens de uma forma global, permitindo um aumento no seu consumo.
- ▶ A necessidade de aumento da investigação/incorporação tecnológica esteve também entre as medidas apresentadas, uma vez que a tecnologia seleccionada deverá conduzir a um bom produto final.
- ▶ A melhoria da qualidade percebida pelos consumidores, através do aumento de informação ligada ao tipo de produção associada a cada produto, foi outra das propostas sobre a mesa. Como exemplo foi citada a possibilidade de, tendo duas bananas provenientes de diferentes processos produtivos, se poder perceber o tempo que cada uma levou a ser produzida (como forma de compensação da alta receptividade que o baixo preço tem ao nível do consumidor, já que este assim teria acesso a alguns dos motivos que estavam na base da discrepância de preços, já que a banana mais barata seria a de produção “em série” tendo sido, previsivelmente, constituída em muito menos tempo e, eventualmente, à custa da adição de elementos químicos).
- ▶ O papel regulador e regulamentador do Estado foi citado no seio do grupo como elemento fundamental para a garantia de direitos fundamentais do consumidor, sejam estes direitos de natureza ambiental ou social. Uma

produção ambientalmente sustentável deverá ser também um objectivo do Estado, por isso este deverá tomar medidas no sentido da sua concretização.

- ▶ A divulgação da qualidade do ponto de vista de saúde do produto foi outro ponto referido. O consumidor para poder escolher bem deveria saber qual o nível de qualidade associado ao modo de produção de determinado produto, podendo assim ajuizar sobre um determinado nível de risco para a sua própria saúde. Por outro lado, os produtores teriam de ser também envolvidos, de forma a que pudessem produzir produtos de melhor qualidade. Foi inclusivé avançada uma proposta muito concreta: a criação de uma “Loja da Empresa” que tratasse as questões inerentes à sustentabilidade do produto e às metodologias de produção.
- ▶ A existência de incentivos fiscais à produção ambientalmente sustentável também deveria ser uma medida a tomar, uma vez que uma estratégia mista de intervenção por parte do Estado, isto é punindo os maus exemplos e premiando os bons, deveria ser mais eficaz. Esta estratégia do tipo “do pau e da cenoura” (com medidas punitivas, de um lado, e de incentivo pelo outro) deixaria bem vincada a diferenciação feita pelo Estado entre bons e maus exemplos.
- ▶ Os produtores deveriam também ser estimulados a utilizar menos os combustíveis fósseis, substituindo o seu uso por alternativas renováveis.
- ▶ O papel do consumidor também foi enfatizado, na medida em que, segundo o grupo, este agente económico fundamental deveria ter um maior grau de exigência de qualidade dos produtos e/ou serviços que adquire.

Condições Fundamentais

Quais as condições fundamentais para que seja possível implementar estas medidas ao nível nacional e internacional?

- Melhorar/intensificar a formação profissional, inicial e contínua;
- Eficácia da fiscalização – mais e melhor;
(ex: licenciamento das actividades + cumprimento da legislação ambiental);
- Reforço do papel da União Europeia nas relações multilaterais;
- Simplificação dos procedimentos do licenciamento das actividades;
- Adopção das políticas comuns e respectivas normas internas.
- Melhorar o nível médio da qualidade do ensino da escolaridade obrigatória e combater o abandono e insucesso escolar;
- Melhorar/aumentar meios humanos e financeiros para a aplicação das medidas;

- ▶ Melhorar e intensificar a formação profissional, inicial e contínua, dado ter sido apontado que o nível médio de formação é muito baixo.
- ▶ Melhorar a eficácia da fiscalização da legislação de cariz ambiental, seja no que se refere às questões ligadas ao licenciamento das actividades, seja nos restantes itens legislativos. Esta eficácia deve traduzir-se também na simplificação dos processos burocráticos de licenciamento.
- ▶ Reforço do papel da União Europeia como negociador externo (e.g., nas negociações externas com os E.U.A.).
- ▶ Ao nível da União Europeia, é urgente a adopção de políticas integradas e coerentes que direccionem os mercados no sentido da sustentabilidade (a reformulação da Política Agrícola Comum seria exemplar).

Entraves

Quais os principais entraves à implementação destas medidas a nível nacional e internacional?

- Falta de padrões de sustentabilidade, estratégia da Organização Mundial do Comércio (OMC) e sua subordinação aos grandes interesses económicos.
- Níveis médios de educação e qualificação muito baixos (nacional + internacional);
- Envelhecimento da população activa (nacional);
- Falta de articulação entre os vários agentes, especialmente da administração pública;
- Hábitos da população que terão de ser contrariados para promover um consumo mais sustentável.
- Pobreza.

- ▶ A nível internacional, desde logo apontou-se o facto da estratégia da OMC não integrar quaisquer padrões de sustentabilidade e estar subordinada aos grandes interesses económicos.
- ▶ O baixo nível de educação e formação voltou a ser referido como um entrave importante à adopção de padrões de consumo e de produção sustentáveis, sendo este factor apontado quer a nível nacional quer a nível internacional.
- ▶ O envelhecimento da população, no contexto nacional, leva também a uma maior resistência à adopção de novas tecnologias. O problema do envelhecimento da população no caso particular dos condutores de longo curso foi também focado, o qual põe igualmente em risco a segurança rodoviária.
- ▶ Ao nível da União Europeia, as especificidades de cada país podem ser um obstáculo à harmonização das políticas ligadas à produção e consumo. Como resultado a aplicação de determinada legislação pode ser complicada em alguns Estados-Membro. Um exemplo tem a ver com a reutilização do vidro das garrafas. Se na Alemanha o depósito destas garrafas nos recipientes destinados a este fim (vulgo vidrões) é considerado banal, em Portugal é um hábito que ainda se tem de promover. O facto é que para se conseguir um consumo sustentável ter-se-á, na visão do grupo, que estar disposto, por vezes, a contrariar os hábitos das populações.
- ▶ No que se refere à pobreza, foi referido o facto da sustentabilidade ser posta em segundo plano quando as populações não têm acesso a prioridades básicas como ter direito a um saneamento básico ou a alimentação.

Metas/Escala Temporal

Que metas se poderão estabelecer e a que escala temporal (5anos, 10 anos...)?

- 10 anos;
- 10 anos – medidas qualitativas;
- dependendo do carácter das medidas.

- ▶ Quando solicitado a avançar com escalas temporais para a prossecução das medidas propostas, o grupo afirmou que as medidas são de cariz muito distinto, não sendo possível classificá-las como um todo. Assim, se algumas podem ser implementadas a curto prazo (1 ano) como, por exemplo, a criação da “Loja da Empresa”, outras terão de ser desenvolvidas mediante prazos bem mais alargados, como é o caso das medidas de cariz educacional e de formação. Ainda assim o grupo mostrou-se inclinado para referir os 10 anos como um prazo bastante aceitável para a maioria das medidas, já que 5 anos são manifestamente curtos para grandes reformas e 20 anos equivale quase a uma geração, sendo por isso tempo em demasia.

ACTORES

Principal Promotor

Quem deverá ser o principal promotor destas medidas?

- Comissão Europeia;
- Governo.

- Foram apontados dois promotores principais para a implementação das medidas referidas, cada um em função do contexto em que se insere. Assim no plano nacional, o Governo foi apontado como o promotor principal na adopção da estratégia idealizada, enquanto no contexto internacional, foi citada a Comissão Europeia como a instituição que poderia desenvolver este trabalho.

Parceiros

Que parceiros deverão ser envolvidos?

- Organizações de produtores;
- Organizações de Consumidores ;
- Organizações de Empresas de distribuição;
- Sociedade civil organizada/ONG
- Agentes económicos;
- Autoridades regionais e locais;
- Órgãos de soberania e partidos políticos;
- Conselho económico e social;
- Associações empresariais e sindicatos;
- CNADS (Comissão Nacional para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável).

- Relativamente aos parceiros a envolver o grupo especificou que a sociedade civil organizada inclui, em si, grupos fundamentais mencionados, tais como organizações de produtores, consumidores e empresas distribuidoras. Referiu ainda que os agentes económicos, actuando por si próprios, também serão importantes, visto que há passos no sentido da sustentabilidade que os agentes podem tomar só por si, como por exemplo decidirem candidatar-se a certificações ambientais, as quais têm cariz voluntário). E por fim, no que respeita aos diferentes órgãos de soberania, não devem ser feitas quaisquer exclusões e, por isso, deve-se também incluir o Presidente da República e considerar os partidos políticos.

Estratégias de Envolvimento

Que estratégias de envolvimento poderão ser desenvolvidas?

- Marketing;
- Acordos de concertação;
- Acordos voluntários;
- Promoção da responsabilidade social da empresa.

- A adopção de um regime misto de penalizações e incentivos aos agentes que não caminhem no sentido da sustentabilidade e que se assumam como bons exemplos, respectivamente.
- A aplicação de uma estratégia mais global de promoção da responsabilidade ambiental e social das empresas.

MONITORIZAÇÃO

Evolução da Implementação

Como poderá ser monitorizada a evolução da sua implementação?

- Adopção de indicadores que reúnam o consenso dos vários actores e que assentem em sistemas estatísticos fiáveis;
- Indicadores referentes à composição da dieta alimentar e sobre a evolução de sistemas de produção;
- Envolvimento da comunidade científica.

- ▶ O envolvimento da comunidade científica no acompanhamento de todo o processo.

Indicadores

Que indicadores deverão ser monitorizados?

- Avaliação de eficiência energética e material;
- Avaliação da qualidade de produtos e serviços;
- Avaliação do potencial da reutilização e reciclagem;
- Caracterização do perfil do consumidor;
- Indicadores de carácter sócio-económico.

Alguns dos indicadores sugeridos pelo grupo incluem indicadores da:

- ▶ Composição da dieta alimentar.
- ▶ Evolução dos sistemas de produção.
- ▶ Eficiência energética e material.
- ▶ Potencial de reutilização e reciclagem.
- ▶ Qualidade dos produtos e/ou serviços.
- ▶ Perfil do consumidor.
- ▶ Avaliação do grau de satisfação social e económico.

Tema B – Protecção e Gestão dos Recursos Naturais

MEDIDAS E METAS

Medidas

Que medidas poderão contribuir para uma evolução positiva a este nível em Portugal?

- Desenvolvimento da cultura ambiental;
- Melhorar o conhecimento sobre os recursos naturais (recolha de dados/informação e seu tratamento; diagnóstico do estado da protecção dos recursos naturais (balanço ambiental).
- Participação cívica no processo de decisão política no que respeita à protecção e gestão de recursos naturais;
- Implementação efectiva da legislação nacional, comunitária e acordos e convénios internacionais;
- Educação e formação técnica;
- Utilização dos recursos de forma sustentável;
- Política de incentivos ambientais;
- Consciencialização do âmbito regional/global dos recursos naturais;
- Articulação e integração de responsabilidades e potenciais inter-institucionais, no domínio da protecção e gestão dos recursos naturais;
- Desenvolvimento e implementação de medidas para protecção dos oceanos.

- ▶ A ideia de desenvolvimento de uma cultura ambiental foi mencionada no sentido de haver maior sensibilidade ambiental. Entendido como um conceito vastíssimo, mais amplo, a cultura ambiental tem também a ver com as tradições.
- ▶ Numa política de incentivos podem haver medidas, por via fiscal, no sentido da protecção e gestão dos recursos naturais, não só para as empresas mas também para o cidadão comum. No fim, essa política vai sempre parar aos agentes económicos, a quem utiliza os recursos. O cidadão comum, quer trabalhe por conta própria, quer trabalhe por conta de outrém, é também um agente económico.
- ▶ Relativamente aos Oceanos, existem medidas que nunca foram implementadas. Referindo-se ao relatório produzido por Mário Soares, um dos participantes que acentuar este aspecto, por considerar que Portugal tem uma grande responsabilidade, apetência e competência sobre esta matéria. Referiu-se ainda que os Oceanos são muito mal conhecidos e que muitas pessoas não conhecem o valor dos oceanos em si mesmos.
- ▶ No que respeita à necessidade de uma política transversal, um dos participantes referiu que era necessário que o conjunto de entidades e organismos dispersos existentes se deverião concentrar, por forma a serem mais eficazes na sua acção, dando para o efeito o exemplo da gestão das zonas costeiras.
- ▶ Relativamente à questão da fiscalização, foi referido que esta é um problema em Portugal, mencionando que as medidas existem, mas que a ineficácia do Estado é um facto, o que levou um dos participantes a referir que não existe medida nenhuma no Mundo que possa levar o Estado a fiscalizar e a tomar medidas. Neste sentido, e uma vez que a fiscalização existe no papel, considerou-se que esta deveria ser encarada como uma condição fundamental.
- ▶ Um dos partici quantidade e variedade de regulamentos que é preciso cumprir, em matéria ambiental

Condições Fundamentais

Quais as condições fundamentais para que seja possível implementar estas medidas ao nível nacional e internacional?

- Informação, formação e consciencialização sobre a urgência da acção;
- Suprir necessidades básicas de saúde, educação, alimentação, justiça;
- *Relação entre benefícios e custos económicos das medidas ser positiva para os agentes económicos; (SEM CONSENSO)*
- Criação de um organismo de fiscalização (painel inter-governamental);
- Existência de recursos humanos qualificados e recursos financeiros;
- Disponibilização de fundos para o desenvolvimento da cultura ambiental e participação cívica;
- Articulação a nível internacional de acções em curso e a implementar.

- ▶ Atendendo à urgência de actuar sobre a protecção e gestão dos recursos naturais, referiu-se ser essencial formar e consciencializar sobre quão grande e grave é a situação.
- ▶ A questão da necessidade de encontrar sempre uma relação positiva para os agentes económicos, entre os benefícios e os custos económicos, gerou grande polémica no seio do grupo. Um dos participantes referiu que, querendo ou não, qualquer que seja a medida a tomar, o impacte nos rendimentos das pessoas nunca pode ser negativo, pois as pessoas não podem perder dinheiro com a medida, pois caso contrário esta não vai funcionar.
- ▶ Referiu-se existir neste momento um entrave substancial à implementação de medidas, o qual resulta da dissociação entre os decisores e os visados pelas medidas.

Entraves

Quais os principais entraves à implementação destas medidas a nível nacional e internacional?

- *Avaliação deficiente dos prováveis impactes; (SEM CONSENSO)*
- Reduzido nível de qualidade de vida, falta de serviços básicos;
- Inércia – ignorância – comodismo – má vontade – interesses dos intervenientes;
- Dissociação entre os decisores e os principais visados;
- Insuficiente/deficiente utilização das infraestruturas já existentes;
- Falta de recursos humanos, financeiros e institucionais;
- Ausência de fiscalização;
- Instabilidade política e sócio-económica em termos de conflitos regionais e pontuais;
- Burocratização dos processos;
- Desresponsabilização individual e colectiva em relação ao bem comum.

- ▶ A primeira ideia avançada foi algo de grande discussão, uma vez que alguns dos participantes defendiam que o desconhecimento do resultado de uma medida poder ser um entrave à sua implementação, ideia não partilhada pelos restantes participantes. Sobre o assunto, referiu-se que, no caso das alterações climáticas, o desconhecimento dos resultados é algo que divide muito as pessoas, mesmo a classe científica, a qual deveria ter um papel pacificador nesta questão. Por outro lado, um participante defendeu que ninguém poderá propor a aplicação de uma medida sobre a qual se tenha um conhecimento deficiente do seu impacte.
- ▶ A propósito da questão dos conflitos regionais, referiu-se que as consequências do acontecimento de 11 de Setembro de 2001 podem vir a influenciar a Cimeira de Joanesburgo.
- ▶ Um dos participantes lançou a proposta de se organizar um workshop só para a definição do conceito de “Bem Comum”.

Metas/Escala Temporal

Que metas se poderão estabelecer e a que escala temporal (5anos, 10 anos...)?

- 5 a 10 anos. Algumas deverão ser imediatas. Outras levarão uma geração (cultura ambiental).

- ▶ Sobre a questão da definição de metas e escalas temporais, os participantes estiveram em sintonia, entendendo que algumas medidas levarão uma geração, pelo menos, a implementar, como é o caso da cultura ambiental, mas que a implementação de outras medidas podem começar já no dia seguinte.

ACTORES

Principal Promotor

Quem deverá ser o principal promotor destas medidas?

- Estado/Governo Central e Local;
- Associações da sociedade civil de cariz cívico científico;
- Tecido empresarial.

Parceiros

Que parceiros deverão ser envolvidos?

- Sociedade civil, parceiros sociais;
- Associações de cidadãos, empresariais, sindicatos, universidades, institutos de investigação, media, empresas em si.

- ▶ Um dos participantes manifestou-se contra a inclusão dos media como parceiros, entendendo que seria mais correcto a indicação dos jornalistas para o efeito. Mencionou que, por exemplo, no caso da co-incineração, os media agiram como “desinformadores”, não atendendo aos aspectos científicos da questão.

Estratégias de Envolvimento

Que estratégias de envolvimento poderão ser desenvolvidas?

- Debates;
- Observatórios;
- Painéis.

- ▶ Referiu-se o desenvolvimento das estratégias de envolvimento deveria passar pela criação de uma estrutura para as implementar.



MONITORIZAÇÃO

Evolução da Implementação

Como poderá ser monitorizada a evolução da sua implementação?

- Criação de um órgão com competência global e regional para a implementação/monitorização;
- Efectivação das competências das entidades já existentes (ex: observatórios).

Indicadores

Que indicadores deverão ser monitorizados?

- Nível de vida das populações, saúde (doenças relacionadas com poluição) e literacia;
- Biodiversidade;
- Ecoeficiência;
- “Cultural”
- Poluição e contaminação da água, solo e ar;
- Gestão do tempo;
- Salários, educação, habitação;
- Recursos naturais;
- Criminalidade/segurança.

- Dois dos indicadores propostos, “Cultural” e “Gestão do Tempo”, foram propostos para uma reflexão mais alargada. Nomeadamente, no que se refere à questão do tempo, um dos participantes referiu, como exemplo, que seria interessante discutir se queremos um tempo diferente do ritmo de consumo que nos é imposto.

Tema C – Desenvolvimento Sustentável e Mundo Globalizado

MEDIDAS E METAS

Medidas

Que medidas poderão contribuir para uma evolução positiva a este nível em Portugal?

- Assumir e valorizar plataforma Atlântica;
 - Promoção do desenvolvimento equilibrado do território;
 - Regulação do comércio mundial para integração das externalidades ambientais e sociais;
 - Competitividade dos sectores económicos;
 - Promoção dos produtos tradicionais de qualidade;
 - Concretização e implementação dos programas internacionais (ex: alterações climáticas, biodiversidade, desertificação);
 - Promover o fluxo de capitais de investimento nos países em vias de desenvolvimento.
-
- ▶ Valorização da Plataforma Atlântica, por forma a que, no caso específico do nosso país, se possam potenciar os canais de contacto privilegiados com outros continentes, para além do continente europeu. A lógica defendida pelo grupo é a de combater o espaço da União Europeia como único grande veículo para o estabelecimento de canais comerciais e de canais noutros domínios (e.g., em termos culturais).
 - ▶ Adopção de uma estratégia coerente de ordenamento do território, promovendo um desenvolvimento equilibrado do território nas suas diferentes vertentes (instalação de serviços, construção de infra-estruturas,...).
 - ▶ Regulação do comércio mundial, por forma a que se internalizem os custos externos ambientais e sociais (preço de um produto deverá integrar questões como a geração de poluição ou os custos efectivos do transporte, um produto deverá ser mais acessível não em função da exploração da mão de obra mas como resultado de um processo produtivo eficaz em todos os seus domínios).
 - ▶ A competitividade dos sectores económicos também foi um ponto igualmente focado, por forma a que se possam operar as necessárias melhorias tecnológicas.

Condições Fundamentais

Quais as condições fundamentais para que seja possível implementar estas medidas ao nível nacional e internacional?

- Papel do Estado na regulamentação e promoção das políticas;
 - Papel da sociedade civil no acompanhamento das políticas;
 - Regras internacionais de comércio.
-
- ▶ O papel do Estado na regulamentação e promoção de políticas que promovam o desenvolvimento sustentável foi apontado como um factor fulcral. Todavia igualmente fundamental, segundo os elementos do grupo, é o papel da sociedade civil no acompanhamento atento dessas mesmas políticas.

Entraves

Quais os principais entraves à implementação destas medidas a nível nacional e internacional?

- Funcionamento da OMC;
- Diferenças das políticas sociais e ambientais;
- Pautas alfandegárias;
- Políticas fiscais não adaptadas às especificidades de cada país;
- Carência de mecanismos de controlo democrático;
- Demasiadas políticas de “cooperação” que promovem a dependência.

- ▶ As diferenças que existem nas políticas sociais, fiscais, ambientais e laborais entre os diversos países, nomeadamente no que se refere à fiscalidade adoptada por cada país.
- ▶ Referiu-se que muitas das políticas de “cooperação” acabam por promover a dependência de uns países relativamente a outros (“dá-se o peixe, mas não se ensina a pescá-lo”).

Metas/Escala Temporal

Que metas se poderão estabelecer e a que escala temporal (5anos, 10 anos...)?

- ...

- ▶ O grupo optou por deixar em branco esta questão, dada a grande diferença entre as medidas apresentadas e dos consequentemente diferentes períodos de implementação destas. A questão do tempo disponível para resposta ser curto também condicionou os elementos do grupo.

ACTORES

Principal Promotor

Quem deverá ser o principal promotor destas medidas?

- Organizações internacionais participadas de cooperação multilateral (nível global);
- Governo (nacional).

- ▶ Foram apontados promotores principais em dois contextos diferenciados: nacional e internacional. Assim, a nível nacional, os diferentes Governos foram apontados como sujeitos principais, enquanto a nível internacional o grupo indicou as organizações internacionais de cooperação bilateral (e.g., OCDE, ONU, FAO ou OMC).

Parceiros

Que parceiros deverão ser envolvidos?

- Governo;
- ONGs;
- Agentes económicos e sociais;
- Comunidade científica;

- Organizações sindicais;
- Organizações empresariais.

Estratégias de Envolvimento

Que estratégias de envolvimento poderão ser desenvolvidas?

- Redes de cidades;
- Estruturas federativas à escala mundial;
- Ligação em rede dos vários parceiros;
- Acesso às tecnologias adequadas e apropriadas às condições específicas.

- ▶ A criação de redes de intercâmbio de informação entre diferentes locais (países, cidades, ...). A internet aparece, neste contexto, como um meio de intercâmbio privilegiado, mas nunca poderia ser um método único, dado que ainda exclui um grande número de pessoas e está frequentemente inadaptada a questões locais específicas;
- ▶ A criação de grandes redes de estruturas federativas à escala mundial (e.g., ONG's);
- ▶ A criação de conteúdos adequados às necessidades dos públicos-alvo nos diferentes meios de informação.

MONITORIZAÇÃO

Evolução da Implementação

Como poderá ser monitorizada a evolução da sua implementação?

- Indicadores.

- ▶ A implementação deverá ser acompanhada através de indicadores adequados, sendo alguns exemplificados no ponto seguinte.

Indicadores

Que indicadores deverão ser monitorizados?

- Indicadores predominantemente a uma escala mais global.

Os indicadores identificados pelo grupo foram os seguintes:

- ▶ A balança comercial;
- ▶ O fluxo de mercadorias trocado entre os diversos países;
- ▶ A tipificação da produção nacional;
- ▶ Os quilómetros percorridos por produto e pelas respectivas matérias primas;
- ▶ O nível de auto-abastecimento;
- ▶ A pegada ecológica (o qual foi apontado como um excelente indicador em termos de globalização);
- ▶ O Produto Interno Bruto (PIB) per capita;
- ▶ Indicadores de saúde e sanitários (p.ex. a incidência de malária na população).



Tema D – Fortalecimento da Governança para o Desenvolvimento Sustentável

MEDIDAS E METAS

Medidas

Que medidas poderão contribuir para uma evolução positiva a este nível em Portugal?

- Melhor Estado (eficiência e eficácia);
- Sensibilizar governantes e decisores para a questão do desenvolvimento sustentável;
- Ministério responsável pelo Ambiente e pela promoção do desenvolvimento sustentável (primeiro na hierarquia, a seguir ao Primeiro Ministro) – imagética;
- Incrementar o processo participativo nas várias etapas da tomada de decisão;
- Task-force junto do Primeiro Ministro para a sustentabilidade;
- Planeamento e Ordenamento do Território;
- Meios e reforço da competência do CNADS;
- Retirar o favorecimento partidário das decisões.

- ▶ Relativamente à ideia “Melhor Estado” foi referido que a Função Pública é enorme e ineficiente e que a eficácia e eficiência não depende do número de funcionários que o Estado tem.
- ▶ Um dos participantes defendeu que, por uma questão pedagógica e de imagem, o Ministério responsável pelo Ambiente dever ser igualmente responsável pelo desenvolvimento sustentável, o que deveria ser traduzido no nome desse Ministério. Defendeu-se ainda que alguém deverá ter a competência para definir indicadores de sustentabilidade e que o Ministério do Ambiente o poderia fazer.

Condições Fundamentais

Quais as condições fundamentais para que seja possível implementar estas medidas ao nível nacional e internacional?

- Rentabilizar instituições e programas existentes (eficiência da sua actuação);
- Clarificar e equilibrar interesses de grupos de pressão;
- Definição de estratégias de longo prazo;
- Desenvolver o envolvimento das grandes organizações internacionais (ONU, OCDE, OMC, FMI, WBCSD,...);
- Maior/melhor participação dos elementos da sociedade civil;
- Reforçar o papel dos diferentes órgãos consultivos.

- ▶ A questão da clarificação e equilíbrio dos interesses dos diferentes grupos de pressão prende-se com a necessidade de haver, junto do poder político, um conjunto de critérios, ou código de conduta, que a sociedade saiba quem são os grupos de pressão, por forma a tornar claro quem são os interessados. Referiu-se ainda que o equilíbrio de interesses na tomada de decisão deve ser no sentido do consenso, ou que então deverá haver a sua articulação. Por fim, um dos participantes defendeu que as ONG devem estar igualmente representadas no processo de tomada de decisão.

Entraves

Quais os principais entraves à implementação destas medidas a nível nacional e internacional?

- Falta de estratégias de longo prazo;
- Cedência a determinados interesses particulares contrários ao desenvolvimento sustentável;
- Burocratização;
- Falta de articulação e comunicação entre os diversos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento sustentável;
- Falta de cultura cívica;
- Falta de hábitos de participação do cidadão;
- Não ratificação da Convenção de Aarhus.

- ▶ Um dos participantes questionou, a propósito desta questão, se os restantes membros do grupo não estariam a entender a questão do desenvolvimento sustentável numa óptica excessivamente ambiental, ao que um outro participante respondeu que a componente ambiental é o elo mais fraco. Nesta sequência, levantaram-se dúvidas sobre o que o conceito de “desenvolvimento sustentável” realmente é.
- ▶ A questão da cedência aos interesses económicos foi igualmente polémica, tendo sido argumentado que ela faz parte da vida normal da sociedade.

Metas/Escala Temporal

Que metas se poderão estabelecer e a que escala temporal (5anos, 10 anos...)?

- 6 meses;
- Estabelecer targets, orçamentos e calendários.

ACTORES

Principal Promotor

Quem deverá ser o principal promotor destas medidas?

- Sociedade civil.

- ▶ Segundo afirmou um dos participantes, o Estado nunca se reformará a si próprio, só sobre pressão da sociedade civil.

Parceiros

Que parceiros deverão ser envolvidos?

- Estado/Governo Central e Local;
- Associações de cidadãos, empresariais, sindicatos, universidades, institutos de investigação, media e empresas em si.

- ▶ Referiu-se a propósito do papel do Estado, que a falta de visão estratégica, em vez de liderança política, pode ser altamente prejudicial.

Estratégias de Envolvimento

Que estratégias de envolvimento poderão ser desenvolvidas?

- Criar canias de participação co-decisória..

- Este ponto foi extremamente difícil de estabelecer. Os participantes defenderam que o debate alargado entre os cidadãos pode promover o fortalecimento da governança para o desenvolvimento sustentável, mas que será muito difícil. Por outro lado, referiram que tem de ser encontrado um mecanismo de contacto da sociedade civil com o Governo, possivelmente reformando a lei eleitoral, considerada um entrave, já que se entendeu que quem monitoriza a governação são os eleitores. Todavia, não houve uma ideia concreta que reunisse o consenso.

MONITORIZAÇÃO

Evolução da Implementação

Como poderá ser monitorizada a evolução da sua implementação?

- Recorrer ao Euro-barómetro.

Indicadores

Que indicadores deverão ser monitorizados?

- Indicadores de Desenvolvimento Sustentável;
- Harmonizar indicadores de desenvolvimento sustentável da União Europeia e da OCDE e sua aplicação.



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório constitui uma contribuição valiosa deste grupo de participantes para as ideias, estratégias e medidas ligadas à implementação dos princípios do desenvolvimento sustentável. Para o produzir foi imprescindível a colaboração efectiva dos participantes que disponibilizaram o seu tempo para partilhar activamente com todos as suas preocupações, expectativas e aspirações num contexto de sustentabilidade. Longe de constituir um documento final, pretende, despretensiosamente, ser apenas mais um elemento de trabalho para fundamentar, de uma forma mais efectiva, uma estratégia colectiva nacional rumo à sustentabilidade.



ANEXOS



Workshop “Desenvolvimento Sustentável – Ideias, Estratégias e Medidas”

24 de Maio de 2002, pelas 12 horas
Auditório da Faculdade de Ciências e Tecnologia
Universidade Nova de Lisboa
Monte da Caparica

Organização

Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza

Facilitação

WTeam^{Up}, Participação e Empowerment

Lia Vasconcelos (Coord.); Idalina Baptista (Coord.); Hugo Tente

Objectivo

Aproveitando o facto deste ano se completarem dez anos após a Cimeira da Terra (Rio 92) e de estar agendada para o final de Agosto do presente ano (24/08 a 4/09) a realização da 2ª Cimeira da Terra sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), em Joanesburgo, a Quercus está a desenvolver um conjunto de iniciativas, entre elas a realização de um workshop de debate de ideias, estratégias e medidas ligadas à implementação dos princípios do desenvolvimento sustentável.

A iniciativa de realizar este workshop surge da constatação que o diálogo entre os diversos grupos de interesse é um dos aspectos determinantes do caminho rumo à sustentabilidade. A partilha de perspectivas e estratégias, ainda que nem sempre confluentes, propicia uma melhor compreensão das diversas posturas assumidas por cada um dos grupos de interesse e pode dar lugar a sinergias em áreas onde o trabalho em parceria é fundamental.

Com esta iniciativa procura-se reunir um conjunto de entidades de diversos sectores, no sentido de estimular o debate sobre as principais condicionantes e potencialidades do Desenvolvimento Sustentável em Portugal, assim como, identificar um conjunto de medidas e indicadores com vista ao acompanhamento e monitorização dos avanços registados.

Neste contexto, pretende-se que este workshop seja apenas um primeiro momento de diálogo num processo, que se pretende continuado, de debate e acompanhamento do desempenho de Portugal nesta matéria (tanto mais importante quanto está agora em preparação e discussão uma estratégia portuguesa de desenvolvimento sustentável).

Programa de Actividades

- 12:00 Apresentação dos objectivos do Workshop (pela Quercus)
- 12:15 Apresentação da metodologia de funcionamento do Workshop (pela Equipa WTeam^{Up})
- 12:30 **Almoço de Trabalho**
- 13:30 Trabalho em grupo sobre as temáticas
- 16:00 **Café**
- 16:30 Plenário de apresentação dos trabalhos de grupo
- 17:30 Encerramento



Anexo 2. Lista de Participantes

Nome	Instituição	Morada	CP	Telefone/Fax	E-Mail/URL
Alexandra Brito	CAP – Confederação dos Agricultores Portugueses	Av. Do Colégio Militar, Lote 1786	1549-012 Lisboa	T: 21.710.0000 F: 21.716.6122/3	cap@cap.pt http://www.cap.pt/
Ana Paula Rodrigues	Ministério Obras Públicas, Transportes e Habitação – Auditoria Ambiental	Rua da Alfândega, 170 3º	1100-016 Lisboa	T: 21.882.3220 F: 21.882.3239	aames@min-equipamentosocial.pt http://www.mes.gov.pt/
Armindo de Carvalho	CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional	R. Vítor Cordon, 1 2º	1200-482 Lisboa	T: 21.323.6500 F: 21.323.6695	cgtp@mail.telepac.pt http://www.cgtp.pt
Francisco Costa Lopes	ANTRAM – Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias	R. Conselheiro Lopo Vaz Edifício Varandas do Rio Lote AB, Escritório A	1800-142 Lisboa	T: 21.854.4108 F: 21.854.4180	cet@antram.pt http://www.antram.pt/
Francisco Ferreira	QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza	Centro Associativo do Calhau Bairro do Calhau Parque Florestal de Monsanto	1500-045 Lisboa	T: 21.778.8474 F: 21.778.7799	quercus@quercus.pt http://www.quercus.pt/
José Faria e Santos	AIP – Associação Industrial Portuguesa (Comissão da AIP para o Ambiente)	Praça das Indústrias	1300-307 Lisboa	T: 21.360.1000 F: 21.363.9047	aip@aip.pt http://www.aip.pt
Luís Lopes	UGT – União Geral de Trabalhadores	Av. De Buenos Aires, 11	1249-067 Lisboa	T: 21.393.1200 F: 21.397.4612	ugt@mail.telepac.pt luis.lopes@ugt.pt http://www.ugt.pt/
Manuel Duarte Oliveira	WBCSDP – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável	Av. António Serpa, 23 1º E	1050-026 Lisboa	T: 21.781.9001	bcsdportugal@yahoo.com http://www.wbcds.org/
Maria João Pereira	LPN – Liga para a Proteção da Natureza	Estrada do Calhariz de Benfica, 187	1500-124 Lisboa	T: 21.778.0097 F: 21.778.3208	lpn.natureza@mail.telepac.pt mjrayka@hotmail.com http://www.lpn.pt/
Maria Santos	Grupo Parlamentar do PS	Grupo Parlamentar do PS Palácio de S. Bento	1249-068 Lisboa	T: 21.391.9264 F: 21.391.7444	mariasantos@ps.parlamento.pt http://www.parlamento.pt/
Paulo Pereira	ANTRAM – Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias	R. Conselheiro Lopo Vaz Edifício Varandas do Rio Lote AB, Escritório A	1800-142 Lisboa	T: 21.854.4109 F: 21.854.4180	paulo.pereira@antram.pt http://www.antram.pt/
Rui Godinho	CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional	R. Vítor Cordon, 1 2º	1200-482 Lisboa	T: 21.323.6500 F: 21.323.6695	cgtp@mail.telepac.pt http://www.cgtp.pt
Teresa Avelar	Ministério da Agricultura – Auditor de Ambiente	Praça do Comércio	1149-010 Lisboa	T: 21.323.4868 F: 21.323.4612	aa@min-agricultura.pt http://www.min-agricultura.pt/
Vasco Gracias	CAP – Confederação dos Agricultores Portugueses	Av. Do Colégio Militar, Lote 1786	1549-012 Lisboa	T: 21.710.0000 F: 21.716.6122/3	cap@cap.pt http://www.cap.pt

Anexo 3. Códigos de Conduta

FACILITADOR

Código de Conduta



- É neutro face aos tópicos. Não expressa opinião.

- Afável, aberto e interessado.



- Cria um ambiente seguro para todos se expressarem.

- Assegura que todos são ouvidos.

Chss!

- Impede interrupções e críticas de outros.



- Solicita clarificações.

- Presta atenção a cada pessoa.



- Mantém a focagem num tópico de cada vez.



- Procura o fecho ou a conclusão de um tópico antes de passar ao seguinte.

- Certifica-se que a discussão progride e está atento ao tempo.



- Pode ser criativo na sua abordagem do processo, mas...



- Tem sempre de se certificar com o grupo.

- Impele o grupo para chegar a conclusões.

OK!

- Verifica sempre se os participantes estão de acordo.

RELATOR

Código de Conduta



- Não revela os seus pontos de vista.



- Ouve atentamente todos as intervenções.

- Regista todos os pontos importantes.

Abc

- Usa as palavras dos participantes.



- Confirma com os participantes as palavras quando necessário.

Sim!

- Usa frases curtas.

PARTICIPANTE

Código de Conduta



- Ouve os outros.

- É breve, conciso e foca-se no tópico que está a ser debatido.



- É respeitador dos pontos de vista dos outros.



- Não interrompe.

- Não critica os outros.



- Não comenta as ideias.

- Tem abertura de espírito.



- É construtivo e criativo.